

RESUMO - GT3: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE: PRÁTICAS E  
REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA

**ESPAÇO URBANO, MEMÓRIA E DEMOCRACIA: O “CIRCUITO DA  
MEMÓRIA” NO RECIFE COMO DISPOSITIVO PARTICIPATIVO DE  
DIREITOS HUMANOS**

*João Manoel De Vasconcelos Bezerra (joaomanoelvb@gmail.com)*

*Vanessa Danielle Nascimento Victor (vanenvictor@hotmail.com)*

As políticas públicas de memória vêm adquirindo crescente relevância no debate urbano contemporâneo, especialmente diante das disputas pelo reconhecimento de traumas históricos e pela democratização dos espaços da cidade. A criação do “Circuito da Memória” no Recife, por meio do Projeto de Lei Ordinária nº 99/2025, insere-se nesse contexto ao propor a sinalização de treze pontos emblemáticos ligados às violações cometidas durante a Ditadura Militar (1964–1985). Ao estabelecer tais marcos em áreas públicas, o dispositivo articula dimensões de direitos humanos, urbanidade e participação social, tensionando narrativas oficiais e contribuindo para a reinvenção democrática do espaço urbano. Partindo desse cenário, este trabalho se orienta pela seguinte questão norteadora: como políticas de memória pública, instaladas no território urbano, funcionam como práticas participativas capazes de fortalecer a democracia e suscitar sentidos sobre o passado traumático? Assim, o estudo tem como objetivo geral analisar o Circuito da Memória como política urbana de direitos humanos, discutindo sua inserção na cidade e sua potencialidade enquanto espaço participativo, educativo e socialmente mobilizador.

Como metodologia, adota-se uma abordagem qualitativa, com base em uma: 1) revisão bibliográfica sobre espaço urbano, memória traumática e museologia social; 2) análise documental do Projeto de Lei nº 99/2025 e de materiais oficiais referentes aos pontos de memória, e 3) estudo exploratório das tipologias de instituições e dispositivos urbanos dedicados à memória traumática — sítios de consciência, memoriais, museus de direitos humanos, museus comunitários e centros de documentação — para compreender como o Circuito da Memória dialoga com esses modelos e tensiona o uso político-pedagógico do espaço público.

A relevância desse trabalho consiste em demonstrar que o Circuito da Memória tem potencial para constituir uma política pública inovadora de democratização urbana, atuando como instrumento de visibilidade das vítimas, de enfrentamento ao esquecimento e de produção de participação cidadã, especialmente ao permitir que grupos historicamente marginalizados disputem suas narrativas no espaço da cidade. Como resultados futuros do estudo completo, busca-se oferecer elementos para o fortalecimento de políticas de memória urbana no Recife, situando-as no campo dos direitos humanos e da museologia de memórias traumáticas.

Palavras-chave: espaço urbano; direitos humanos; memórias traumáticas; museologia.